

NÚCLEO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA RELATÓRIO ANUAL 2019





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

RELATÓRIO DO NÚCLEO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA

O Núcleo de Biblioteca e Memória do Tribunal foi criado, em 12 de fevereiro de 2015, com a publicação no Diário da Justiça Eletrônico, n. 5.496, do novo Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado. Entretanto, o órgão administrativo se origina oficialmente, em 1972, com o antigo Regulamento da Corte de Apelação que criou a Biblioteca Fernando da Silva Bastos. Porém, acredita-se que a Biblioteca exista desde 1940, quando houve a promulgação do Decreto-Lei n. 47 que reorganizou a Justiça Militar do Estado e transformou o Conselho de Apelação em Corte de Apelação.

O Núcleo de Biblioteca e Memória é o órgão incumbido de organizar, manter, conservar e atualizar o acervo de memória institucional, doutrina, legislação e jurisprudência do Tribunal, bem como elaborar e executar pesquisas de informações subsidiárias aos trabalhos jurisdicionais e administrativos da Justiça Militar do Estado. Desde suas origens até a presente data, a Unidade visa oferecer eficiência e qualidade nos produtos e serviços prestados aos integrantes da JMERS e aos cidadãos.

1 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO DE DOCTRINA, DE LEGISLAÇÃO E DE JURISPRUDÊNCIA

As atribuições do Serviço de Processamento Técnico compreendem: a) selecionar livros e publicações periódicas, nacionais e estrangeiras; e propor à Direção-Geral sua aquisição; b) revisar, registrar, classificar, catalogar e indexar livros e publicações periódicas e prepará-los, devidamente, para a circulação; c) fazer a leitura dos diários assinados e examinar as publicações oficiais do interesse da Justiça Militar do Estado; d) orientar o serviço de limpeza e conservação do acervo; e) preparar para a encadernação ou restauração os volumes que se encontrem em mau estado de conservação; f) propor à Direção-Geral a descarga do material inutilizado ou obsoleto, lavrando-se

termos da mesma; g) organizar e manter as coleções e os catálogos de obras que se tornarem necessários; e h) revisar o acervo para verificação de eventual extravio de obras.

A seguir, estão registradas as atribuições regulamentares da Coordenadoria desenvolvidas em 2019.

1.1 Seleção de Livros e Periódicos para Aquisição

As obras para composição do acervo do Núcleo de Biblioteca e Memória são adquiridas através de compra, de doação ou de permuta. O Núcleo sugeriu a aquisição, no ano de 2019, de 108 títulos, ainda em processo licitatório, que será concluído em 2020. Em 2019, foram investidos cerca de R\$ 20.501,20 em novas assinaturas e renovações. O Núcleo recebeu diversas doações de livros, de publicações seriadas, de monografias totalizando 2368 títulos e 136 exemplares incorporados ao acervo em 2019. O material recebido e não incorporado ao acervo foi doado a outras instituições.

1.1.1 Investimentos em Acervo Eletrônico

Em 2019, a Biblioteca buscou investir no seu acervo eletrônico, seja pelas facilidades que seu uso apresenta, ou seja, pelo custo/benefício que apresentam. Além disso, o Setor tem procurado catalogar no Sistema Pergamum materiais de informação disponíveis na Internet gratuitamente, tendo conseguido obter acréscimo no acervo de Publicações On-line. Tendo acrescido a coleção de Bases Dados e a de CDs-ROM.

1.1.2 Doação de Duplicatas

A Biblioteca do Tribunal de Justiça Militar do RS recebe diversas doações de seus usuários. Nem todo material doado é incorporado ao acervo, seja pela existência daquele material, seja pela incompatibilidade dos assuntos. Os materiais não incorporados são reunidos em uma lista e oferecidos a outras bibliotecas jurídicas ou gerais de todo o Brasil.

Durante o ano de 2019, os materiais de informação não incorporados foram doados a outras bibliotecas jurídicas.

1.2 Revisão, Registro, Classificação, Catalogação, Indexação de Livros e Publicações Periódicas e Preparação para Circulação

Através das atividades do processamento técnico biblioteconômico, são realizadas a análise temática e a representação descritiva dos materiais de informação que serão incluídos no acervo da Coordenadoria de Biblioteca e Memória. O processamento técnico compreende as atividades de catalogação, de classificação e de indexação de documentos e visam facilitar o seu armazenamento e localização. Essas atividades são realizadas com base em padrões documentais, como por exemplo: vocabulários controlados, códigos de catalogação e tabelas de classificação.

O acervo da Biblioteca Fernando da Silva Bastos obteve um acréscimo de cerca de 5% em seu tamanho, se considerados todos os tipos de materiais informacionais que o compõem. Durante esse ano, foram catalogados, classificados e indexados diversos materiais documentais. Foram incorporados ao acervo 2368 novos títulos e 136 novos exemplares.

1.2.1 Livros, Folhetos, Monografias e Artigos em Livros

A Biblioteca Fernando da Silva Bastos, durante o ano de 2019, adquiriu 15 títulos diferentes de livros que perfazem o total de 17 exemplares. Por fim, cabe salientar que os artigos em livros obtiveram acréscimo de 50 itens.

O acervo de folhetos obteve um crescimento de 5 títulos e 5 exemplares no ano de 2019. Também foram incorporadas ao acervo 1 nova monografia (teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso ou de especialização). As áreas do conhecimento com maior investimento são Direito Processual Penal Militar, Direito Administrativo e Direito Penal Militar.

1.2.2 Periódicos e Artigos em Periódicos

A coleção de periódicos da Biblioteca é formada por 148 títulos nacionais e internacionais. O crescimento da coleção, em 2019, foi de 19 títulos e 113 exemplares. Em 2019, foram investidos cerca de R\$ 20.501,20 em novas assinaturas e renovações. A coleção de periódicos obteve expansão em função de doações de coleções que são recebidas de nossos usuários e da política de incorporação no acervo documental de revistas em formato eletrônico.

Aos artigos de periódicos foram acrescentados 2278 novos títulos. O Núcleo ainda está realizando o processamento técnico retroativo, ou seja, ainda está catalogando e indexando os exemplares das coleções de revistas que já existiam no acervo. Junto ao processamento retroativo também está sendo feito o processamento dos exemplares de periódicos recém-adquiridos.

1.2.3 Atos Normativos e Legislação Institucional

A Unidade também atualizou as pastas de Atos Normativos da JMERS com as resoluções, portarias, ordens de serviço, provimentos, publicados no ano de 2019.

O Núcleo de Biblioteca e Memória também realizou a consolidação de diversos atos normativos e leis que foram alterados no ano de 2019. Os textos foram atualizados e publicados no *site* institucional.

1.2.4 Digitalização da Jurisprudência Institucional Não Publicada

O Núcleo, durante o referido período, deu continuidade a digitalização dos acórdãos não publicados arquivados. A digitalização oferece agilidade no atendimento das demandas na medida em que é possível enviar o material no mesmo momento da consulta.

Além disso, os arquivos de computador evitam a reprodução dos documentos em papel. Esse fato diminui a quantidade de papel utilizado, bem como colabora com a política de preservação ambiental promovida pelo Programa de Gestão Ambiental da Justiça Militar do Rio Grande do Sul (JMEco) e pelo Grupo Interinstitucional de Cooperação Ambiental (GISA).

1.2.5 Disseminação Seletiva de Informações

A disseminação seletiva de informações (DSI) é um dos serviços personalizados oferecidos pela Biblioteca Fernando da Silva Bastos. A DSI consiste na leitura, na seleção e na disponibilização de informações focadas nas atividades jurisdicionais desenvolvidas pelos membros da Justiça Militar do Estado do RS e nas atividades administrativas da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar do RS. As informações são captadas em diários oficiais, em sites institucionais e nos materiais de informações adquiridos pela unidade, como livros e revistas.

A DSI compreende a disseminação dos atos do Diário Eletrônico do TCE/RS, dos atos do Diário Oficial do Estado, dos Informativos do Supremo Tribunal Federal e dos Informativos do Superior Tribunal de Justiça. Além desses produtos informacionais, a Biblioteca elaborou um boletim mensal com todos os sumários de revistas de doutrina recebidos no mês corrente. Os arquivos foram disponibilizados na Intranet da Instituição e são enviados por e-mail aos membros e servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS). Ademais, a Biblioteca realizou o arquivamento de diversos atos do Diário da Justiça do Estado.

1.2.6 Descarga de material obsoleto

Tendo em vista a existência de espaço físico limitado o Núcleo de Biblioteca e Memória, em 2019, retomou o processo de descarga de livros iniciado em 2016. As obras foram classificadas como inservíveis. Setenta e sete obras foram avaliadas como ociosas, que serão destinadas à doação para outras instituições públicas, e apenas uma obra foi avaliada como irrecuperável tendo em vista ser proveniente do episódio que envolveu os estragos ocorridos no prédio sede da Segunda Auditoria da JMERS durante o temporal que acarretou a queda do telhado, que deverá ser encaminhada para reciclagem. As obras não doadas também serão enviadas para reciclagem. O processo de descarga será finalizado em 2020.

2 SERVIÇO DE MEMÓRIA

Ao Serviço de Memória incumbe resgatar e conservar a história da Justiça Militar do Estado, o pensamento e a atuação de seus integrantes desde sua criação e investigar as influências recíprocas entre a sua ação e o ambiente social de cada época. Para tanto lhe compete: a) recuperar e catalogar documentos, imagens iconográficas e outros objetos pertinentes; b) recuperar, através da memória oral, as histórias de vida dos magistrados e servidores da Justiça Militar, editando livros e folhetos; c) mobilizar e sensibilizar os magistrados, servidores e público em geral à efetiva concretização dos objetivos do Projeto Memória; d) celebrar convênios com universidades, escolas e outras instituições culturais aptas a contribuir para os fins do projeto; e) realizar intercâmbios com instituições e programas similares, particularmente àqueles ligados à atividade judiciária; f) captar apoio e patrocínio, quando necessário, de entidades voltadas para o estímulo financeiro das atividades culturais; g) localizar e arrecadar, quando possível, material de

interesse do projeto junto às Auditorias e ao Tribunal; h) designar um local próprio para guarda adequada tecnicamente à catalogação do acervo documental e fotográfico, bem como armários para a guarda de documentos, livros, revistas, jornais, coletâneas, entrevistas, pesquisas, publicações e produções; i) propor a criação de projetos de responsabilidade social conforme as metas do Conselho Nacional de Justiça; e j) propor pesquisas de datas comemorativas e históricas alusivas à instituição para divulgação no site oficial, com fim de preservação histórica da memória institucional, por ser instrumento de identidade, de legitimidade e de poder.

A seguir estão registradas as atribuições regulamentares do Serviço de Memória realizadas em 2019. O Serviço de Memória conta com o Desembargador Militar Juiz Sérgio Antonio Berni de Brum como coordenador das publicações.

2.1 Recuperação e Catalogação de Documentos Históricos

Os arquivos digitais do Projeto Memória foram todos organizados e os arquivos físicos estão sendo tratados e inseridos no Sistema Pergamum com vistas a dar publicidade a todo trabalho realizado pelo Memória enquanto Projeto. Durante o ano de 2019, foram catalogadas e indexadas 2 pastas biográficas ou de memória institucional, totalizando 86 exemplares. Para cada pasta de memória pessoal foi elaborada uma biografia a respeito do magistrado com o relato de sua carreira.

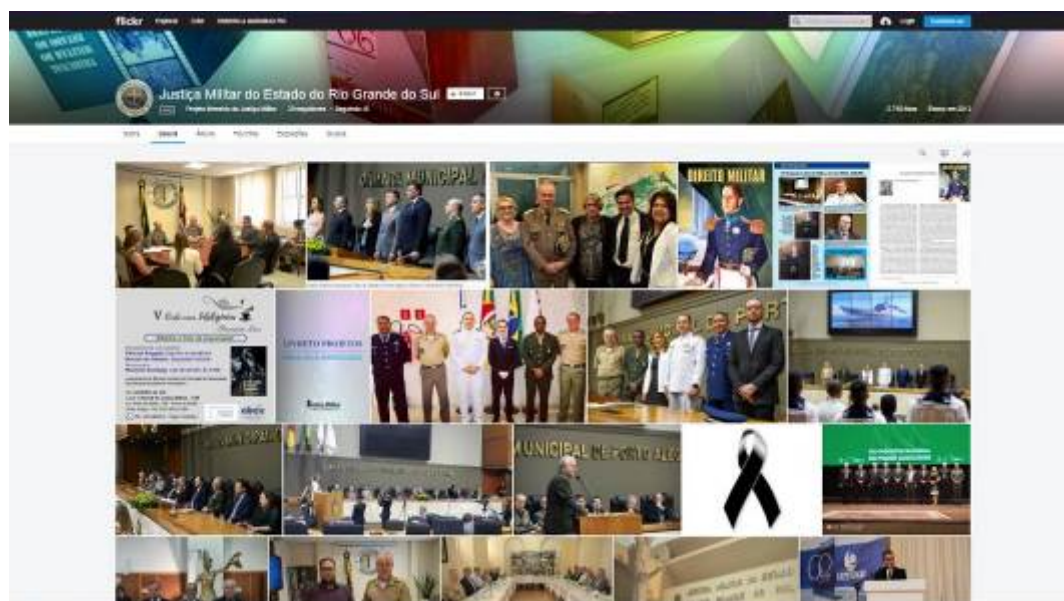
2.2 Recuperação e Catalogação de Imagens Iconográficas

A recuperação e a catalogação de imagens iconográficas – atribuição regimental do Serviço de Memória – se deu em 2019 de duas formas, a saber, organização e catalogação das fotografias em papel existentes no acervo do Projeto Memória e organização e tratamento das fotografias digitais existentes nos sites institucionais, inclusive no site do Tribunal.

2.2.1 Flickr

O Serviço de Memória deu continuidade à atividade criada e desenvolvida pelo Projeto Memória que consiste em disponibilizar na ferramenta Flickr as fotos institucionais para a formação

do Banco de Imagens Institucional. Também foram organizadas as fotos já publicadas. O sistema é alimentado pela Auxiliar de Comunicação Rejane Maria Di Leone.



Mês	Imagens postadas
Janeiro	41 itens postados
Fevereiro	97 itens postados
Março	57 itens postados
Abril	92 itens postados
Mai	55 itens postados
Junho	49 itens postados
Julho	49 itens postados
Agosto	87 itens postados
Setembro	63 itens postados
Outubro	113 itens postados
Novembro	91 itens postados
Total de itens postados	794 imagens e textos até 29/11/2019.

2.3 Avaliação Histórica de Processos Judiciais e Administrativos

Em janeiro de 2019 o estagiário Guilherme Nicolini Pires Masi, deslocou-se para o Arquivo Judiciário com o objetivo de analisar os feitos em Edital de Eliminação. Foram analisados e separados os processos e os IPM's cuja pertinência histórica encontra correlação com os atuais estudos da história social, militar, política e etc. Os feitos, como conjunto documental, serviram de subsídio para futuras pesquisas sobre o Judiciário Militar Estadual. Portanto, foram adotados, como critérios para indicar-se a salvaguarda desses feitos, as atuais epistemologias do conhecimento histórico que buscam questionar o passado institucional como resultante da ação, da experiência e do campo de possibilidades dos diferentes sujeitos, civis e militares, personagens dos “feitos” selecionados.

Tendo em vista a quantidade de feitos selecionados nos Editais de Eliminação do ano de 2019, criou-se a necessidade de instalar novas prateleiras/estantes na Biblioteca. As prateleiras foram adquiridas junto ao Arquivo Judiciário, sendo que o estagiário Guilherme Nicolini Pires Masi, com a colaboração do senhor Paulo Roberto Prates da Rocha, buscou as estantes no arquivo localizado em uma das salas do 9º Batalhão. As estantes foram instaladas na parede junto às janelas internas da biblioteca, obstruindo temporariamente o acesso. A necessidade de instalar essas estantes neste local deu-se em razão da importante quantidade de feitos encaminhados ao Projeto Memória ao longo do ano de 2019. O senhor Paulo Rocha, encarregado do Arquivo Judiciário TJM, encaminhou ao Núcleo de Biblioteca e Memória mais de 650 feitos. Com o mesmo propósito, o Coordenador do Projeto Memória, senhor Sérgio Antônio Berni de Brum, também encaminhou uma série documental a ser preservada no acervo. Todos os documentos encaminhados ao Projeto Memória estão sendo arquivados em caixas novas, adquiridas junto ao almoxarifado do TJM.

Encaminhamento	Nº de feitos
Encaminhamento 013/2019;	10
Encaminhamento 014/2019;	15
Encaminhamento 019/2019;	29
Encaminhamento 020/2019;	33
Encaminhamento 021/2019;	10

Encaminhamento 021/2019*;	18
Encaminhamento 022/2019;	16
Encaminhamento 022/2019*;	15
Encaminhamento 023/2019;	8
Encaminhamento 024/2019;	23
Encaminhamento 025/2019;	30
Encaminhamento 026/2019;	12
Encaminhamento 028/2019;	41
Encaminhamento 029/2019;	9
Encaminhamento 030/2019;	35
Encaminhamento 031/2019;	25
Encaminhamento 037/2019;	10
Encaminhamento 037/2019*;	112
Encaminhamento 038/2019;	31
Encaminhamento 039/2019;	9
Encaminhamento 040/2019;	27
Ofício nº 03/2019	Documentos diversos
Ofício nº 06/2019	Documentos diversos
Ofício nº 10/2019	Documentos diversos
Ofício nº 12/2019	Documentos diversos
Ofício nº 13/2019	Documentos diversos
Ofício nº 14/2019	Documentos diversos
Ofício nº 15/2019	Documentos diversos
Ofício nº 16/2019	Documentos diversos

A organização dos documentos recebidos pelo Projeto Memória em 2019 se iniciou com a disposição das caixas nas estantes acima mencionadas. O ordenamento das estantes, prateleiras e caixas recebeu o seguinte critério: Estante: A, B, C, D e E; Prateleira 1, 2, 3, 4, 5; Caixa: 1, 2, 3,...9.





Os documentos recebidos estão sendo arquivados nas caixas, obedecendo aos critérios acima mencionados. Contudo, antes de serem encaixotados, **TODOS** os feitos são analisados e classificados de acordo com os critérios: Caixa (onde está arquivado); Objeto (IPM, Sindicância, HC, Processo, etc); Número do feito; Ano; Auditoria de origem/unidade; Impetrante; Partes (alguns processos possuem mais de uma parte); Posto (no caso de militares); Data de início; Descrição (um breve resumo dos acontecimentos de cada caso);

Situação: Do total de feitos, construiu-se um catálogo com as principais informações pertinentes para a pesquisa histórica; o catálogo está em constante atualização. Até 30.11.2019, catalogamos 660 registros. O catálogo criado pela Equipe do Projeto Memória abarca todos os feitos sob a salvaguarda de nosso acervo. Desta maneira, auxiliará na divulgação de informações históricas e na pesquisa de historiadores/as interessados/as na Justiça Militar Estadual.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	Caixa	Objeto	Nº	Edita	Ano	Auditoria/C	Impetrante	Parte	Posto
359	Cx. A 1.1	1ª Auditoria	8217		1981	Corte de Apela	-	Geraldo Cortez Sica, José Luiz Gon	Civis
360	Cx. A 1.1	1ª Auditoria	29		1971	Corte de Apelação		Rui Martins Coimbra	ex-Cabo
361	Cx. A 1.1	1ª Auditoria	313		1947	Corte de Apela	Promotor Militar	Orildo Antônio da Rosa, Pedro Elo	Soldados
362	Cx. A 1.1	2ª Auditoria	1723/70/77		1977	santa Maria	Promotor Público	Huldemir Guimarães Cordeiro, Car	Civil (pedreiro), s
363	Cx. A 1.2	IPM	128		2001	Santa Maria	Walter Francisco Rosa Alfa	Sergio Ademir Pereira; João Antôn	Sargento e Soldad
364	Cx. A 1.2	IPM	273		2001	Santa Maria	Walter Algerick Antunes	Cesar Tadeo Amaral Nunes; Elmir	Major e Sargento
365	Cx. A 1.2	IPM	196		2001	Santa Maria	Sandro Axel Jacobsen Sch	Nilton Lima Mendes; Roberto de S	Sargento e Soldad
366	Cx. A 1.2	Correição parcial	973		2001	Santa Maria	Sandro Axel Jacobsen Sch	Nilton Lima Mendes; Roberto de S	Sargento e Soldad
367	Cx. A 1.2	IPM	150		2000	Santa Maria	Afonso Amaro do Amaral	Gilmor Umberto Nicoletti; Artemi	Soldados e Sargen
368	Cx. A 1.2	Correição parcial	965		2000	Santa Maria	Afonso Amaro do Amaral	Gilmor Umberto Nicoletti; Artemi	Soldados e Sargen
369	Cx. A 1.2	IPM	544		2000	Santa Maria	Afonso Amaro do Amaral	Artemio Luis de Oliveira Polotozi;	Sargento e soldad
370	Cx. A 1.3	3ª Auditoria	181		2002	Santa Maria	Defensor público	Cleudioli Duarte dos Santos, Ailtor	Sargentos
371	Cx. A 1.3	3ª Auditoria	270		2003	Santa Maria	Defensor público	Cleber César de Souza Rodrigues,	Soldados
372	Cx. A 1.3	3ª Auditoria	93		2002	Santa Maria	Joel de Oliveira Dutra - De	Marco Antônio dos Santos Amaral,	Capitão, Sargento
373	Cx. A 1.3	3ª Auditoria	233		2002	Santa Maria	Joel de Oliveira Dutra - De	Jose Leonço da Silva Silveira, Vilmi	Cabo, Soldado
374	Cx. A 1.4	Correição Parcial	840/98		1998	Santa Maria	Ministério Público	Clerio Jorge Gonçalves dos Santos	Civis
375	Cx. A 1.4	Correição Parcial	920/98		1998	Santa Maria	Ministério Público	Clery Vaz Teixeira	Tenente-Coronel
376	Cx. A 1.5	3ª Auditoria	247		1998	Santa Maria	André Fernando Rigo - De	Ricardo Melquiades da Silva Filho	Soldado
377	Cx. A 1.5	1ª Auditoria	240		1957	Corte de Apela	João Alberto Ortiz Lima	Eduardo da Rosa Duarte	Soldado
378	Cx. A 1.5	1ª Auditoria	383		1966	Corte de Apela	Promotoria	Waldemar de Oliveira Rocha	Soldado
379	Cx. A 1.5	2ª Auditoria	389		1966	Corte de Apela	Plauto de Abreu - promot	Jacob Marques do Nascimento, Jo	Sub-tenente, sold
380	Cx. A 1.5	2ª Auditoria	387		1966	Corte de Apela	Olmiro Plácido Marchiori	Celino Marques do Nascimento	1ª Sargento
381	Cx. A 1.5	IPM	189		1988	Santa Ângelo	José Lauri Bueno de Jesus	Orizool Soares de Miranda, Aldori	Soldados
382	Cx. A 1.6	3ª Auditoria	144		1997	Santa Maria	Sônia Eliana Radin	José Bruck de Bruck, Josimar Fagu	Cabo e Soldados
383	Cx. A 1.6	4ª Auditoria	882		1999	Passo Fundo	Anizio Pires Gavião Filho	Maria Terezinha vedoy, Luiz Anton	Policiais militares
384	Cx. A 1.7	2ª Auditoria	46		1956	Santa Maria	Promotoria	João Francisco de Oliveira Santos;	Soldados
385	Cx. A 1.7	IPM	13		1969	Porto Alegre	Oswaldo Roberto Vaz Ferre	Luiz Antunes Camargo	2ª Sargento
386	Cx. A 1.7	Apelação	35		1967	Porto Alegre	Francisco de Paula Cunha;	Francisco de Paula Cunha; Gildásio	Sargentos e Tener
387	Cx. A 1.7	IPM	139		1977	Santa Maria	Promotor Público	Ramiro Postal Pinheiro	Capitão
388	Cx. A 1.7	IPM	584		1984	Santa Maria	Walter Mendes Mucha	Evaldo Tadeu de Araujo; Francisco	Soldados
389	Cx. A 1.7	2ª Auditoria	1079		1968	Porto Alegre	Promotor de Justiça	Nelson Alves de Souza	1ª Tenente
390	Cx. A 1.8	Apelação	73		1996	Porto Alegre	Miriam A. G. Tondo Fernar	Luiz Carlos Trindade do Nascimento	PoliciaI militar
391	Cx. A 1.8	IPM	772		1996	Porto Alegre	Julimar Fortes Pinheiro	Diamantino Pereira Brasil, Malcon	Soldados
392	Cx. A 1.8	IPM	804		1997	Porto Alegre	Antonio Carlos Maciel Rod	Manoel Prudente Goulart Bica, Ed	Soldados
393	Cx. A 1.9	IPM	8		1997	Santa Maria	André Fernando Rigo	Adão Carvalho, Gilmar Sebastião d	Soldado e Civis
394	Cx. A 1.9	IPM	66		1995	Santa Maria	Neil Nardi Lopes	Paulino Machado Ramos	Cabo
395	Cx. A 1.9	IPM	794		1997	Santa Maria	João Vanderlan Rodrigues	Ingra Inel Gasnar, Teodorico Avila	2ª Sargento e Sold

2.4 Visitas Técnicas

Museu da Brigada Militar. A visita ao Museu da Brigada Militar ocorreu após o Projeto Memória receber a demanda de organizar os expositores para a homenagem póstuma ao emérito magistrado da JME, Coronel Aldo Ladeira Ribeiro.

As visitas foram realizadas em dois dias. No primeiro dia o historiador Guilherme Nicolini Pires Masi foi ao Museu da BM na intenção de realizar um levantamento da documentação e das possibilidades de pesquisa naquela instituição. Com base nos resultados positivos dessa primeira visita, a servidora Rejane Maria Di Leoni, e os estagiários do Núcleo de Biblioteca e Memória, Guilherme Nicolini Pires Mais e Ana Clara Dias Bonfante, foram ao Museu da Brigada para coletar a documentação necessária. Durante a visita foram digitalizados (fotografados) diversos documentos que posteriormente seriam utilizados nas atividades do Projeto Memória.

A documentação consultada no Museu da Brigada Militar foi fundamental para uso nas atividades desenvolvidas pelo Projeto Memória ao longo do ano, especialmente as fotografias e os seus Registros de Assentamento do emérito magistrado Coronel Aldo Ladeira Ribeiro.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, sua excelência Paulo Roberto Mendes Rodrigues, solicitou à curadora do Projeto Memória (Dra. Francine Feldens) que integrantes da equipe fossem ao TCERS com o objetivo de obter informações sobre a exposição permanente, que exhibe a história do TCERS, localizada no Palácio das Flores – Rua Sete de Setembro, sede do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 06/02/2019, a Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, representada pelo Presidente do TJM, realizou uma visita cortesia e de estreitamento de relações institucionais ao Conselheiro Iradir Pietroski, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, a quem foi feita também a entrega do livro do centenário do TJMRS. Na oportunidade, o presidente do TJMRS impressionou-se com a exposição Casa dos Contos, localizada no andar da Presidência. A exposição em tela remonta a história dos Tribunais de Contas desde o descobrimento do Brasil até chegar às peculiaridades da história do TCERS. A produção foi elaborada com uso de adesivos, pinturas, molduras, banners e projeção de luzes.

Em 21/03/2019, a servidora Rejane M Di Leone efetuou a visita agendada com o setor de Obras e Projetos, localizado em prédio anexo do TCERS, Rua General Bento Martins, 168 – 4º andar. A arquiteta Marília Damm Santos e a engenheira Rosaura Silva Spies compartilharam as informações sobre o trabalho feito na exposição. Durante a explanação, ficou evidente que houve uma extensa parceria entre Tribunal de Contas da União e TCERS, sendo TCU o autor e o executor da maior parte das tarefas, cujos exemplos vêm a seguir.

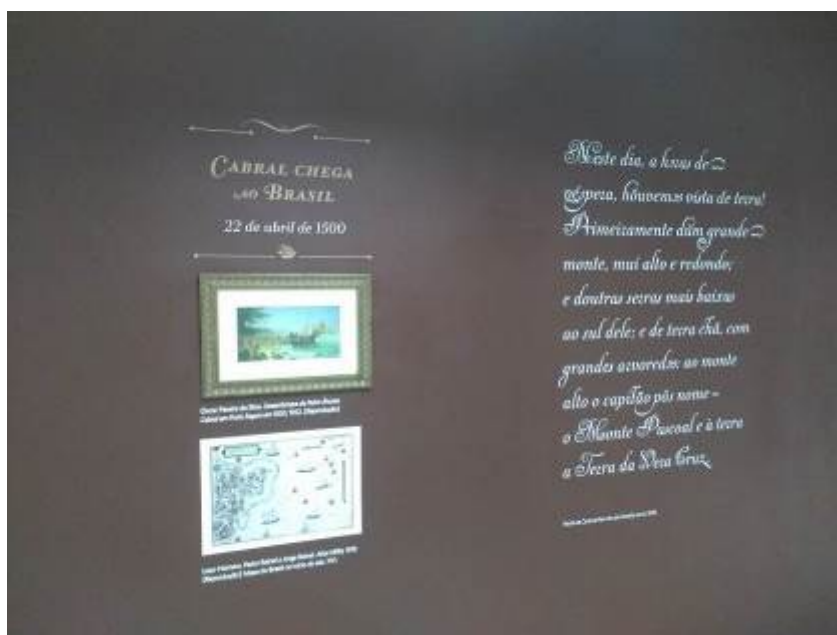


Livro projeto TCU para a edição TCERS.

Outro ponto que as servidoras do TCERS mencionaram é que o TJMRS poderia pedir auxílio ao setor de licitação do próprio TCERS, cuja chefia é a servidora Daniela Koff. Após a reunião, a servidora do TJMRS, acompanhada pela arquiteta, visitou a exposição. De fato, a Casa dos Contos é muito ilustrativa e sofisticada.



Ao centro: arquiteta Marilia Damm, TCERS; à esquerda: servidora Rejane M D Leone, TJMRS; à direita: Engenheira Rosaura Spies.





Percebe-se que o trabalho desenvolvido envolveu longo prazo, vários órgãos, servidores, colaboradores mediadores e apoiadores, tendo curadoria, Museologia, pesquisa histórica, projeto gráfico, fotografia, produção, assistente de produção, Arquivologia, Biblioteconomia, entre outros setores, para a concretização da exposição.

2.5 Solicitações Oficiais

- a) Ofício nº 03/2019 – Juiz Militar Sergio Antonio Berni de Brum, Coordenador do Projeto Memória.

Assunto: Processo Administrativo nº000280-07.00/18-6.

Situação: documentos arquivados no Acervo Projeto Memória;

- b) Ofício nº 06/2019 – Juiz Militar Sergio Antonio Berni de Brum, Coordenador do Projeto Memória.

Assunto: Processo Administrativo nº000724-07.00/18-6.

Situação: documentos arquivados no Acervo Projeto Memória; Consulta dos documentos realizada pela historiadora Amanda Siqueira da Silva

- c) Ofício nº 10/2019 – Juiz Militar Sergio Antonio Berni de Brum, Coordenador do Projeto Memória.

Assunto: Processo Administrativo nº000795-07.00/18-6.

Situação: documentos arquivados no Acervo Projeto Memória;

- d) Ofício nº 12/2019 – Juiz Militar Sergio Antonio Berni de Brum, Coordenador do Projeto Memória.

Assunto: Processo Administrativo nº000787-07.00/18-6.

Situação: documentos arquivados no Acervo Projeto Memória;

- e) Ofício nº 13/2019 – Juiz Militar Sergio Antonio Berni de Brum, Coordenador do Projeto Memória.

Assunto: Processo Administrativo nº000084-07.00/19-9.

Situação: documentos arquivados no Acervo Projeto Memória;

- f) Ofício nº 14/2019 – Juiz Militar Sergio Antonio Berni de Brum, Coordenador do Projeto Memória.

Assunto: Processo Administrativo nº000052-07.00/19-8.

Situação: documentos arquivados no Acervo Projeto Memória;

- g) Ofício nº 15/2019 – Juiz Militar Sergio Antonio Berni de Brum, Coordenador do Projeto Memória.

Assunto: Processo Administrativo nº000053-07.00/19-0.

Situação: documentos arquivados no Acervo Projeto Memória;

- h) Ofício nº 16/2019 – Juiz Militar Sergio Antonio Berni de Brum, Coordenador do Projeto Memória.

Assunto: Processo Administrativo nº000054-07.00/19-3.

Situação: documentos arquivados no Acervo Projeto Memória;

- i) Ofício nº 1706/2019 – Carlos Hirsch, Diretor Administrativo.

Assunto: Patrocínio do Livro 'As Auditorias da JMERS.

Situação: orçamento;

j) Ofício nº 11/FBM/2019 – Carlos Hirsch, Diretor Administrativo.

Assunto: Patrocínio do Livro “As Auditorias da JMERS”.

Situação: orçamento realizado nas gráficas “Central de Produção Digital”, “Artemais Gráfica LTDA”, “Centhury”, “Impressos Portão”, “Evangraf”.

2.6 Auxílio em Pesquisas

A equipe do Projeto Memória auxiliou a historiadora Amanda Siqueira em sua pesquisa para tese de doutorado. A historiadora pesquisa os processos relativos aos expurgos na Brigada Militar devido à proximidade dos brigadianos com o PTB ou com Leonel Brizola. A equipe do Projeto Memória, com base no **Ofício nº 06/2019** encaminhado pelo Gabinete do Coordenador do Projeto Memória, Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum, localizou junto ao Arquivo do TJM feitos relativos a Processos e de Habeas Corpus de listagem enviada pela historiadora Amanda Siqueira. Estes processos foram catalogados e, a equipe orienta que sejam arquivados permanentemente para futuras pesquisas.

2.7 Restauração de Documentos Históricos

Em 2019, o Serviço de Memória realizou a solicitação de orçamentos para restauração de livros e objetos, inclusive do Livro de Atas nº 1. A servidora Rejane e o estagiário Guilherme deslocaram-se aos ateliers dos profissionais que orçaram os serviços de reparo físico-químico do objeto “Livro Atas”. O deslocamento deu-se com viatura oficial do TJMRS.

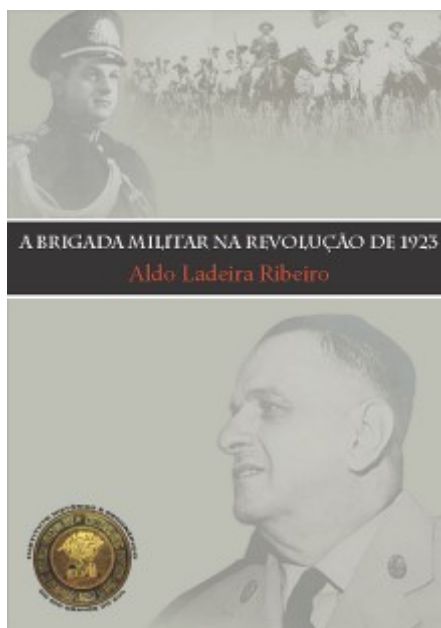
2.8 Recuperação da História da Justiça Militar com a Edição de Livros e Folhetos

O Serviço de Memória elaborou e veiculou as seguintes publicações com vistas à divulgação da história da Justiça Militar.

2.8.1 Publicação do livro “A Brigada Militar na Revolução de 1923”

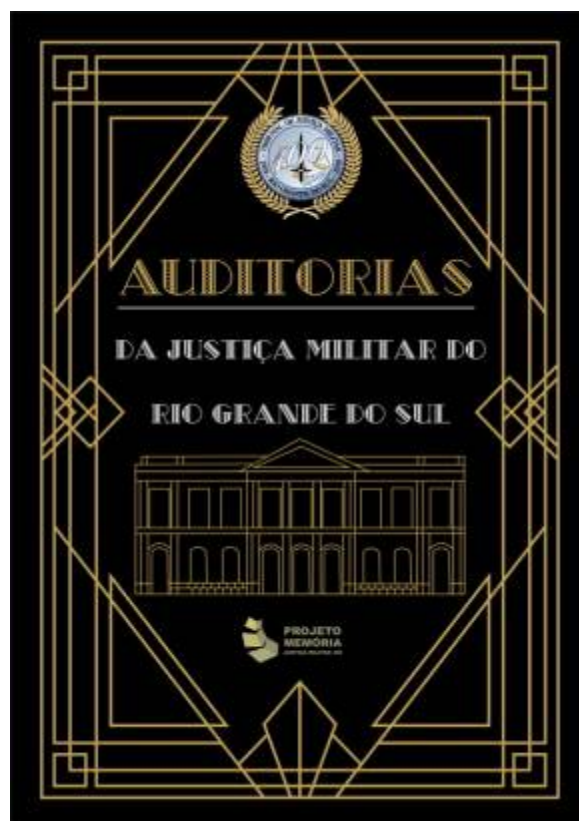
Na manhã dessa sexta-feira, 23.08.19, a PUCRS entregou para o Tribunal 315 exemplares da obra "A Brigada Militar na revolução de 1923, de Aldo Ladeira Ribeiro".

O Núcleo de Biblioteca e Memória, representante da parceria firmada entre o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJMRS), o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) organizou, digitalizou e editou a obra fac-similar “Brigada Militar na Revolução de 1923”. A obra relata a Revolução de 1923 sob o ponto de vista do emérito magistrado do TJMRS Coronel Aldo Ladeira Ribeiro. (https://www.tjmrs.jus.br/public/files/projeto_memoria/livros/livro1/Default.html)



2.8.2 Publicação do livro das Auditorias e entrega dos exemplares

Publicações de vários artigos e textos oriundos do Projeto Memória. Uma produção textual de caráter histórico sobre as Auditorias da JMERS foi redigida pela equipe do Núcleo de Biblioteca e Memória. Esse texto foi produzido ao longo do ano de 2019, tendo como base as pesquisas realizadas no acervo do Projeto Memória. O texto base foi editado em forma de livro pela estagiária Ana Clara e revisado pela equipe do Núcleo de Biblioteca e Memória. Também foram utilizadas as fotografias do acervo, além de consulta em processos, regimentos internos, legislação, material biográfico, etc. Essa produção literária envolveu longo período de pesquisa, design, estudo etc. O Livro “Auditorias da Justiça Militar do Rio Grande do Sul” está disponível nas plataformas digitais (<https://www.tjmrs.jus.br/projeto-memoria/qr-code/livro-03>) e, também, impresso pela gráfica Centhury Soluções Gráficas com a tiragem de 200 exemplares.



As estagiárias de Biblioteconomia Mariângela e Luciana empacotaram os livros (“A Brigada Militar na Revolução de 1923” e “Auditorias da JMERS”) e colaram etiquetas que continham os endereços dos locais para onde estes seriam destinados. Em relação aos livros que eram destinados para locais próximos ao TJMRS, as estagiárias foram a pé entregar pessoalmente. Já os livros que se

destinavam para locais mais afastados foram levados até o Protocolo, onde o responsável os levou de carro para os locais ainda em Porto Alegre, e o restante enviou via correios para os locais destinados.



Alguns exemplares foram entregues pela Bibliotecária Pesquisadora-Judiciária, Francine Feldens *in loco*:

- a) Governador eleito Eduardo Leite; (<https://intranet/intranet/noticia/tjm-em-parceria-com-o-ihgrs-entregam-livro-ao-exmo-governador-do-estado-16-10-2019>);
- b) Diretor Administrativo da Fundação Brigada Militar Coronel RR Carlos Frederico Azevedo Hirsch (<https://intranet/intranet/noticia/jme-entrega-a-obra-auditorias-da-justica-militar-do-estado-do-rio-grande-do-sul-para-a-fundacao-brigada-militar-29-10-2019>);
- c) Ir. Evilázio Teixeira, Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (<https://intranet/intranet/noticia/tjmrs-realiza-visita-a-reitoria-da-pucrs-21-11-2019>).



2.8.3 Jornal da JME: compêndio de notícias

A estagiária Ana Clara Dias Bonfante realizou a diagramação e projeto gráfico da primeira edição do Jornal da Justiça Militar do RS reunindo notícias comemorativas da trajetória do ano do centenário. Houve publicação no site do TJMRS na data de 18/02/2019. Posteriormente, essa

atividade foi repassada à estagiária Jéssica Santos da Presidência para sua continuidade bimestral. (https://www.tjmrs.jus.br/public/files/projeto_memoria/livros/livro5/Default.html)



2.8.4 Publicação Livreto dos Projetos SIJME

A equipe do Serviço de Memória em conjunto com a Coordenadoria de TIC do Tribunal, no dia 28/11/19, publicou o Livreto dos Projetos SIJME (Sistema de Informatização da Justiça Militar do Estado), SEGA (Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa) e SESPLENÁRIO, ferramentas tecnológicas desativadas. A publicação conta um pouco da história e das funcionalidades destes sistemas desenvolvidos pelo setor de Tecnologia da Informação da Justiça Militar Gaúcha, os quais foram utilizados ao longo dos anos, fazendo parte do acervo do Projeto Memória visando à preservação da memória institucional.



2.9 Exposições Históricas

Aldo Ladeira Ribeiro. Realização da exposição de objetos pertencentes ao Juiz Coronel Aldo Ladeira Ribeiro que foram doados ao acervo do Projeto Memória. Tal doação ocorreu em 27 de junho de 2018, sendo inicialmente dedicado um expositor para exibir objetos pessoais do magistrado. Na oportunidade da Sessão Solene que homenageou o magistrado inativo, a equipe do Projeto Memória planejou e montou uma nova exposição. A exposição de caráter temporário tem o objetivo de retratar, paralelamente, as trajetórias de Aldo Ladeira Ribeiro como Oficial da Brigada Militar, como magistrado da Corte de Apelação e como historiador e memorialista da Brigada Militar. Os três expositores estão localizados no hall em frente ao plenário do Segundo Grau. (<https://www.tjmrs.jus.br/projeto-memoria/expositor/20>).

Processo nº 27/78. O expositor apresenta um processo de lesões corporais. Após discussão entre militares estaduais, tendo tal conflito ocorrido no banheiro dos cabos e soldados da 1º Cia PM, do 1º BPM, onde um dos servidores arrancou uma baioneta de fuzil de um terceiro que se encontrava no local, no momento da confusão, desferindo golpes com a referida ferramenta pelas costas da vítima (militar), sendo esta levada prontamente para o Hospital de Pronto Socorro, em estado grave. O agressor foi preso em flagrante, tendo sua prisão relaxada após 15 dias, aproximadamente.

Um detalhe – pouco significativo para a conjuntura deste processo de lesão corporal – adquire relevância se levarmos em conta os aspectos bélico-militares na história da Brigada Militar. A baioneta, utilizada pelo réu, era parte de um fuzil Mauser. O período de maior aquisição de fuzis Mauser pelo executivo federal e estadual (incluindo-se Forças Armadas e Polícias estaduais) foi entre os anos de 1908 e 1914.

O objetivo do expositor é destacar a longevidade de emprego desses fuzis por efetivos da Brigada. A baioneta representa o “VZ24”, que estava sob a cautela do soldado PM do Pelotão de Comando e Serviço no quartel onde ocorreu o crime, em 1978. O modelo estaria sendo utilizado, em serviço, por mais de 50 anos. Estima-se que, em algumas unidades, esses fuzis foram utilizados até a década de 1990.



Memorial do Centenário. Dando continuidade às homenagens e celebrações do Centenário do TJM/RS, a Presidência demandou que o Núcleo de Biblioteca e Memória criasse uma exposição, de caráter permanente, sobre as atividades realizadas durante o ano de 2018. O expositor localizado junto à escada, no patamar superior do prédio, é integralmente destinado à memória dos eventos que celebraram o Centenário do Tribunal. Parte dos itens do expositor integrava o expositor “100 Anos” (na sala dos magistrados), que retratou os eventos, solenidades e demais

atividades relativas à celebração do centenário da corte e dos 170 anos da JME. O expositor da Sala dos Magistrados recebeu um novo tema.



JME na “Era Virtual”. A Presidência solicitou a elaboração de uma exposição de caráter permanente para preencher os novos expositores do TJM, localizados no segundo andar, próximo às escadas. Esse expositor dá continuidade aos festejos do centenário da Corte Militar Estadual e apresenta alguns movimentos da Presidência na busca da “virtualização” de seus procedimentos. Em parceria com o serviço de informática, elaborou-se QrCode para acesso aos textos informativos do expositor. O QrCode afixado no expositor direciona o visitante para o seguinte endereço: <https://www.tjmrs.jus.br/projeto-memoria/expositor/25>

Expositor 50 anos do CPM. Em 2019 o Código Penal Militar completa 50 anos, tendo sido editado em 1969, pelo Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro. Para celebrar o jubileu de ouro desse importante instrumento jurídico-militar, o Núcleo de Biblioteca e Memória criou uma exposição com o objetivo de demonstrar os diferentes Códigos Penais Militares adotados pelo Brasil. O texto e as imagens do expositor podem ser acessadas através do link: <https://www.tjmrs.jus.br/projeto-memoria/expositor/24>

34º aniversário do Museu da Brigada Militar. No dia 14 de outubro de 2019 ocorreu o 34º aniversário do Museu da Brigada Militar que contou com uma tarde de palestras sobre “Museus, Arquivos e Bibliotecas”, organizado pelo Departamento de Ensino da Brigada Militar, onde a Bibliotecária Pesquisadora-Judiciária, Francine Feldens, palestrou sobre a “As Bibliotecas como

Espaço de Memória”. O evento contou, ainda, com a participação do Presidente da Corte, Desembargador Militar Paulo Roberto Mendes Rodrigues, e com a Equipe do Núcleo de Biblioteca e Memória. (<https://intranet/intranet/noticia/jme-participa-do-34o-aniversario-do-museu-da-brigada-militar-15-10-2019>)



3 ATIVIDADES DE AUXÍLIO À PRESIDÊNCIA

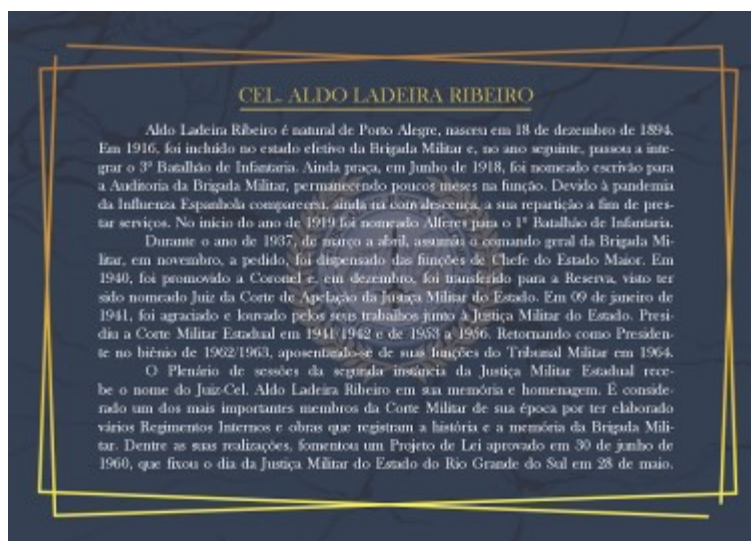
Durante o ano de 2019 o Núcleo de Biblioteca e Memória auxiliou a Presidência da Corte em diversas atividades.

3.1 Solenidades Institucionais

Durante o ano de 2019 o Núcleo de Biblioteca e Memória através do Serviço de Memória auxiliou a Presidência da Corte em diversas solenidades institucionais.

3.1.1 Sessão Solene de Homenagem Póstuma Aldo Ladeira Ribeiro

A equipe do Projeto Memória elaborou cinco (5) versões de convites que posteriormente foram enviadas ao Instituto Histórico e Geográfico do RS e aprovada a versão final.



HOMENAGEM PÓSTUMA AO CEL. ALDO LADEIRA RIBEIRO

Itaque arctiam rem quibus volent incipio dolorem aut enario blabore-
te sum aut aspedione repelle, iscitiam hilitem lictis epouae volesto molorepre con
te recepat voluptasit, ullabonam dicitest, vito maie, exero iant ut factum et dia sua.
Officia ndignam aut impor simo et uldo. Non tempum di debore vendior erumque
que voluptatei volamen tiberum dolonibus omni etas del emi facea velitia nonseque sitem
que voluptate omansit maionem. Ut ut lugera, hil ipsepedi test lam, tempuo volore vele-
nis eus il inus aboreprei aut adpispio, verro qui tempua volenis qui dologa temporiatqui
culpa volor serum, volested ut volupta zobae doloytem hil ipsepersere maximi, non recer-
ro que peditatem hariber eptati officii eus in dolorepreo, quatinum dollabor sitemolo ipid.

DATA: 13 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14H

LOCAL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR (AV. PRAIA DE BELAS, N. 799, PORTO ALEGRE)

TRAJE: PASSEIO



HOMENAGEM PÓSTUMA AO CEL. ALDO LADEIRA RIBEIRO

O Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul tem a honra de convidar para Sessão Solene póstuma que celebra a memória do Juiz Coronel Aldo Ladeira Ribeiro (1894-1969).

A Sessão será realizada às 14 horas do dia 13 de Fevereiro de 2019, no Plenário Aldo Ladeira Ribeiro, por ocasião dos 50 anos de seu falecimento.

DATA: 13 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14H

LOCAL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR
(AV. PRAIA DE BELAS, N. 799, PORTO ALEGRE)

TRAJE: PASSEIO



CEL. ALDO LADEIRA RIBEIRO

Alicui dia suietusam ut fugio eliquis
nimendi psandiam et recha ut velente impio-
ro quarest istas ducl bearam ea doleaborae.
Amus eribus alicit recus maio ille tem aut
pellat que cupias simugni endeliq uistem ut
exero qui officis il is mod quid et rationibus
ut si reptam dolupta haresped ex, caudant do-
lorum quatum, quindun libuscit, te enet as
ullorum que dologesi abor reperibus eus
sam elliquam dollantir nulliqu issedina nos il
id quis maximod ipsame voluptate est odicit.
Perum que nus, sanque vendipso as secre sunt
quid et voler asdi alicius eum vid qui dolor sit
modis dipsare aut factupta non eum fugiae.




CONVITE

HOMENAGEM PÓSTUMA AO CEL. ALDO LADEIRA RIBEIRO

O Presidente do TJM e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul têm a honra de convidar para Sessão Solene póstuma que celebra a memória do Juiz Coronel Aldo Ladeira Ribeiro (1894-1969).

A Sessão será realizada às 14 horas, do dia 13 de fevereiro de 2019, no Plenário Aldo Ladeira Ribeiro, por ocasião dos 50 anos de seu falecimento.

DATA: 13 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 14H

LOCAL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITARIS (AV. PRAIA DE BELAS, N.º 799, PORTO ALEGRE)

TRAIÉ PASSÉIO



CEL. ALDO LADEIRA RIBEIRO

Alienat dia sanietissam ut fugia eliquas nimeni pasndissim et recitat ut velente reporto quiaest iitas duci beaurum ea dolocaborse. Anus eribus alicit recus maio ille tem ant pellant que cupus simagna endeliq uistem ut evero qui sillicab il is mod quid et rationibus as si reptam dolupta supersped et, casulant dolonum quatiam, quindum tubuscit, te enet as ulloerum quae doluptasi abor reperibus etur sam eliquam dellatur nulliqu isocedatis nos il id quis maxinod ipsame voluptate est odiat. Perum que nis, sunque vendipia as secte sunt quid et volent aadi alicita cum vid qui dolor sit modis dipsere aut faccupra non cum fugiae.

HOMENAGEM PÓSTUMA AO C. ALDO LADEIRA RIBEIRO

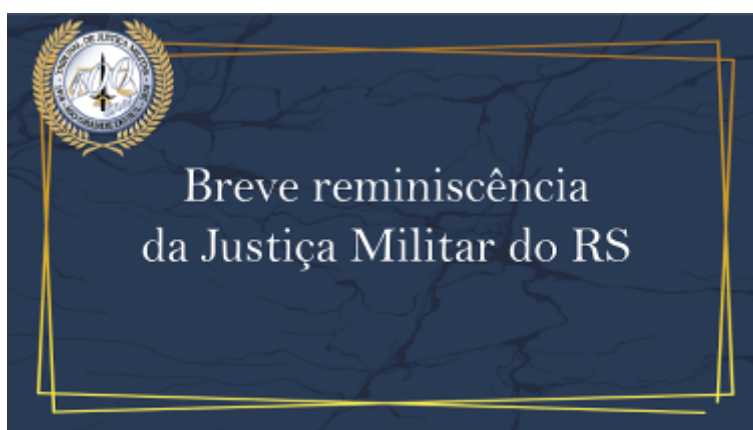
Loren ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Aenean rutrum est eu cras tempore facilisis. Ut a ante vitae ipsam dignissim sollicitudin. Vivamus convallis quam ac odio posuere, et congue velit sagittis. Aenean risus augue, aliquet ut nisi ac, vehicula aliquet magna. Duis non enim vel ante sollicitudin tempore ut vel tempore. Pellentesque natus elit leo, at cursus ultricies lacus eu. Nam massa sem, laoreet eu augue eu, tempore bibendum enim. Donec nunc odio, consectetur in maximus nec, duiam fermentum tunc. Donec porta vitae gummy eget ullamcorper. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Aenean rutrum est eu cras tempore facilisis. Ut a ante vitae ipsam dignissim sollicitudin. Vivamus convallis quam ac odio posuere, et congue velit sagittis. Aenean risus augue, aliquet ut nisi ac, vehicula aliquet magna. Duis non enim vel ante sollicitudin tempore ut vel tempore. Pellentesque natus elit leo, at cursus ultricies lacus eu.



A Equipe também elaborou uma placa alusiva aos 50 ANOS DO FALECIMENTO DO CEL. ALDO LADEIRA RIBEIRO para descerramento nesta Sessão Solene.

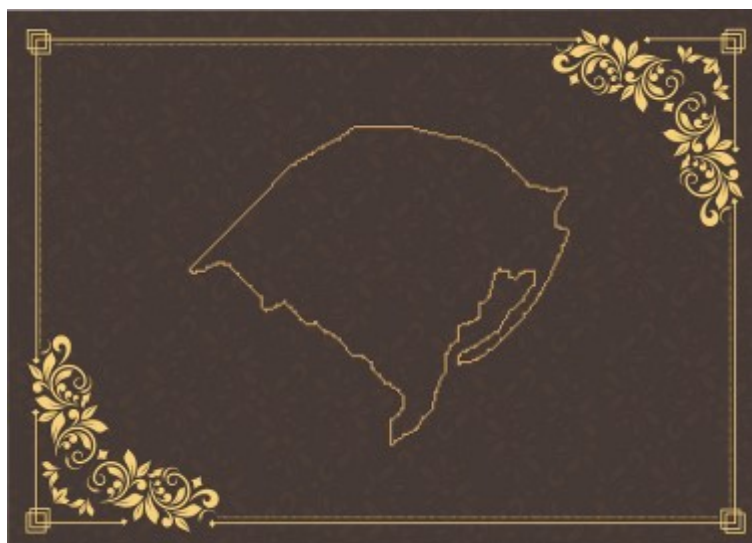
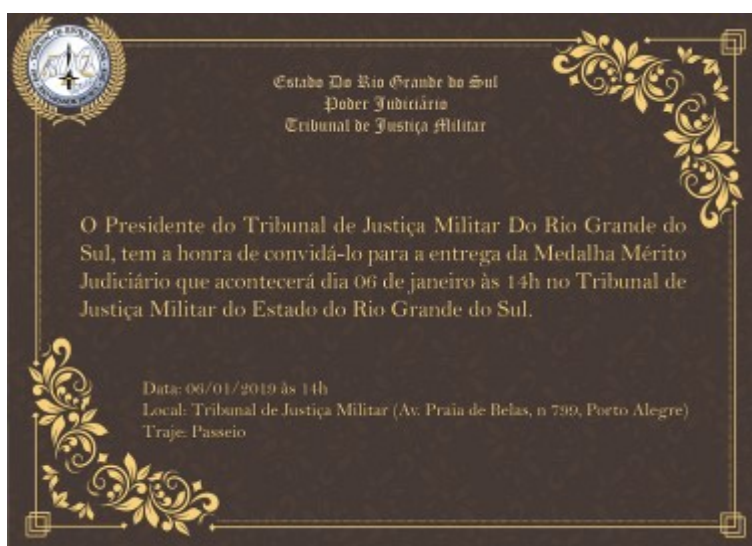


Um vídeo institucional em homenagem ao Coronel Aldo também foi criado para exibição nos televisores dos corredores do Tribunal e no Plenário Aldo Ladeira Ribeiro.



3.1.2 Sessão Solene de Outorga da Medalha Mérito Judiciário Militar ao Governador Eduardo Leite

A estagiária Clara Dias Bonfante elaborou o Convite para a Sessão Solene de Outorga da Medalha Mérito Judiciário Militar ao Governador Eduardo Leite. Para a mesma ocasião foi criado um cartão com foto, oferecido ao Chefe do Executivo Estadual. E ainda, foi solicitado pela Presidência que a equipe criasse um vídeo institucional para passar durante a sessão solene.



3.2 Visitas Institucionais

O Núcleo de Biblioteca e Memória auxiliou a Administração do Tribunal com a recepção de alunos das universidades e faculdades rio-grandenses que ministram curso de Ciências Jurídicas e Sociais: UNISC e Faculdade Estácio; dos alunos do Curso Básico de Formação Bombeiro Militar, Escola de Formação e Especialização de Porto Alegre da Brigada Militar (ESFAS/POA), EsFES/Osório), dentre outras instituições de ensino recebidas em 2019.

Resultou o recebimento de mais de 560 alunos (visitantes) ao TJMRS. Os acadêmicos de universidades, faculdades e dos cursos da Brigada Militar e Bombeiros Militares assistiam a sessões de julgamento em nível recursal, a palestras ministradas por nosso Presidente, por nossos magistrados, pela equipe do Serviço de Memória e ao vídeo institucional e à visita-guiada.



3.2.1 Elaboração de Matérias Jornalísticas e das Notícias Institucionais

A equipe do Núcleo de Biblioteca e Memória auxiliou a Presidência da Corte na redação das notícias institucionais elencadas abaixo. A servidora Rejane Maria Di Leone, em 2019, encaminhou a Associação dos Magistrados das Justiças Militares (AMAJME) diversas notícias institucionais para divulgação.



3.2.1.1 Artigo "50 anos do Código Penal Militar"

Com a proximidade da data comemorativa de 50 anos do Código Penal Militar, a Presidência da Corte solicitou a elaboração de um texto histórico alusivo a esse momento. O texto foi redigido pelo estagiário Guilherme Nicolini Pires Masi e revisado pela servidora Rejane Maria Di Leone. O texto foi atualizado a partir do material produzido para o expositor "50 Anos do Código Penal Militar", inaugurado em agosto, sendo amplamente divulgado com a publicação nos periódicos especializados e nos jornais de grande circulação.

- Revista Direito Militar (<https://intranet/intranet/noticia/revista-direito-militar-n-137---presidente-do-tjmrs-publica-artigo-50-anos-do-cpm--29-11-2019>);
- Jornal do Comércio (<https://intranet/intranet/noticia/jornal-do-comercio-artigo-50-anos-do-cpm-22-10-2019>);

- c) Correio do Povo (<https://intranet/intranet/noticia/jornal-correio-do-povo-artigo-50-anos-do-cpm-14-10-2019>).

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

Porto Alegre, terça-feira, 22 de outubro de 2019.

50 anos do Código Penal Militar

Por Cel. Paulo Roberto Mendes Rodrigues

Em 2019, temos a satisfação de celebrar 50 anos de história do Código Penal Militar (CPM), a qual, ao ser analisada, elucida a evolução da Justiça Militar (JM) no Brasil. Durante este longo temporal, o direito judiciário militar brasileiro obteve significativos avanços. Originalmente, anteriormente à criação do denominado Código Penal Militar em 1969, com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808, o Príncipe Regente D. João VI criou o Conselho Supremo Militar e de Justiça, por intermédio do Alvará de 01/04/1808. Em 1824, com o advento da nossa primeira Carta Constitucional, a força militar ganhou status constitucional e também foi instituído o Poder Judiciário. Já com a República surgiram debates para se regulamentar a profissão das armas, tendo sido o Código Penal da Armada (CPA), assim, promulgado em 5 de novembro de 1890, sendo modificado em 1891, pelo Decreto n.º 18, de 07 de março, e estendido ao Exército pelo Lei n.º 612, de 29 de setembro de 1899.

Já na década de 1930, houve como marco a vitória do movimento político-militar denominado tenentista, que levou ao poder a figura emblemática de Getúlio Doméles Vargas. Sua política interna promoveu reformas amplas e estruturou no estado brasileiro, levando a uma reorganização, também, no âmbito castrense. Com a instauração do Estado Novo, em 1937, as Forças Armadas e as Polícias Estaduais foram notadamente reestruturadas para atender às demandas policiais de controle e de ordem do regime varguista. A reestruturação estado-novista das milícias nacionais, sobretudo do Exército e das Polícias Militares estaduais, trouxe ao âmbito da jurisdição penal/processual militar uma nova atualização: o Código de JM, instituído em 09 de dezembro de 1938, pelo Decreto-Lei n.º 925, que modernizou a organização e deu uma nova regulamentação à JM, trouxe reformas importantes que possibilitaram a criação de um novo CPM em 1944, tendo como um dos seus arautos o Desembargador Sílvio Martins Teixeira. Esse novo CPM veio a servir de base para a tipificação de todos os delitos julgados pela Justiça Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações Italiano, durante a 2ª Guerra Mundial, oportunidade em que o Brasil enviou tropas para combater as forças do nazi-fascismo.

Com o novo regime, implantado em 1964, novas modificações foram estabelecidas à JM. Destacando-se a ampliação da competência da JM para julgar civis, com a promulgação do Ato Institucional n.º 2, de 27.10.65, e a alteração da composição do Superior Tribunal Militar, por intermédio da Carta de 1967. Tal alteração de competência se deu em razão da compreensão de que não só os crimes cometidos por militares, mas contra os militares e as suas instituições poderiam abrir contra a "segurança nacional", o que abrange tanto a segurança externa, quanto a interna (de fato, esta prática de exceção não era novidade no país). De acordo com Alexandre Magalhães Soares (2002), o Direito Penal Militar, implementado pela Constituição de 1954 e mantido pela Constituição de 1957 ("Polaca"), dava autonomia às cortes castrenses para levarem civis ao foro militar; prática abolida na Carta Constitucional de 1946, tendo sido retomado o foro militar aos civis durante o regime militar.

Considerando os anseios desse período, surgiu-se a necessidade de atualizar o código vigente desde 1944, quando, então, criou-se o terceiro Código Penal Militar da história do Brasil, o Decreto-Lei n.º 1.001, de 21 de outubro de 1969. Tal código se diferenciou dos anteriores no que consiste no critério adotado para configurar o delito, pois não o definiu, mas enumerou taxativamente as diversas situações que o configuram ("ratione legis" - em razão da lei), distinguindo, doutrinariamente, o crime militar em próprio e impróprio, sendo, conforme teoria clássica e topográfica, o próprio aquele que só pode ser praticado pelo agente que detém a condição de militar e está previsto na legislação penal militar e o impróprio aquele que, previsto tanto no CPM quanto no CPComum, é considerado militar em razão de certas circunstâncias eleitas pelo legislador, bem como, se previsto na legislação penal militar, pode ser praticado por civil.

Atualmente, o Código Penal Militar (Decreto-Lei n.º 1.001), que já sofreu importantes atualizações desde que entrou em vigor no ano de 1969, teve seu artigo 9º alterado pela Lei n.º 13.401/2017, a qual no inciso II do aludido artigo acresceu os parágrafos 1º e 2º, este último contando com três incisos e alíneas, o que ampliou a competência da JM, a qual passou a processar e julgar, além dos crimes militares estabelecidos no Código Penal Militar, também aqueles previstos na legislação penal comum e extravagante; isto é, trouxe para a esfera dos crimes militares, quando praticados nas circunstâncias definidas nas alíneas do inciso II do citado artigo, toda conduta delitiva prevista no ordenamento pátrio, o que culminou com a alteração da definição de crime imprópriamente militar, pois, agora, não importa se o delito está previsto ou não no Código Penal Militar, como até então a teoria topográfica girava.

Assim, em 2019, o Código Penal Militar completa seu quinquentenário com recentes e admiráveis atualizações, que realçam a elevada importância da jurisdição penal militar, com a ampliação de competência tão necessária para atender à continuada evolução da justiça castrense.

Desembargador Militar
Presidente do TJM

3.2.2.2 Artigo “O aniversário de 101 do TJMRS”

Produção de texto histórico, solicitado pela Presidência, alusivo à celebração de mais um aniversário do TJMRS. (<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjm-101-anos-parabens-18-06-2019>)

3.3 Criação da Comissão de Direito Militar

A Chefe do Núcleo de Biblioteca e Memória, Francine Feldens, auxiliou a Presidência da Corte nas tratativas de Criação da Comissão de Direito Militar junto à OABRS. A Comissão foi criada em 22 de fevereiro de 2019 e desde lá se encontra em amplo funcionamento.



3.4 Força Tarefa do Eproc

Ainda, a Equipe do Serviço de Memória efetuou o engajamento em força tarefa para digitalização de feitos para o sistema eproc.

4 SERVIÇOS DE REFERÊNCIA E PESQUISA

Ao Serviço de Referência e de Pesquisa compete: a) atender e auxiliar as consultas de leitores dos usuários (integrantes da Justiça Militar do Estado ou do público em geral), orientando-os na escolha e na pesquisa em livros, periódicos e demais materiais de informação; b) efetuar pesquisas legislativas, doutrinárias e/ou jurisprudenciais para os servidores vinculados a Justiça Militar do Estado; c) gerenciar e controlar o empréstimo do material; d) efetuar ou cancelar empréstimos; e) renovar as obras emprestadas; d) solicitar a devolução do material em atraso ou com reserva; e f) organizar e facilitar os meios necessários à consulta e ao empréstimo de livros e outras publicações.

O serviço de referência é a atividade primordial para a existência de uma unidade de informação. De acordo com Macedo (1990):

(...) a essência do conceito de referência é o atendimento pessoal do bibliotecário profissional preparado para esse fim ao usuário que, em momento determinado, o procura

para obter uma publicação ou informação por ter alguma dificuldade, ou ainda, não encontrando a informação na biblioteca, precisa ser encaminhado para outra instituição.¹

O surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) revolucionou as atividades biblioteconômicas. Atualmente, além da interação bibliotecário-usuário o profissional da informação também se depara com as relações bibliotecário-interface de entrada de dados (planilhas eletrônicas onde são catalogados, indexados e classificados os materiais informacionais) e usuário-interface de pesquisa. No Núcleo de Biblioteca e Memória, os processos biblioteconômicos foram informatizados através do Sistema de Bibliotecas Pergamum. Desde sua disponibilização na Internet institucional, houve um considerável aumento de atendimentos e pesquisas. Para melhoria do atendimento de pesquisas no Sistema Pergamum foi desenvolvido um folder explicativo que será disponibilizado futuramente aos usuários potenciais e a sociedade.

4.1 Atendimentos

Os atendimentos realizados pelo Núcleo se dividem em consulta local, empréstimos e pesquisas. A consulta local é a utilização, dentro do recinto setorial, de qualquer material de informação existente no acervo. A consulta local está disponível para o público em geral.

O empréstimo de obras é restrito aos usuários vinculados à Justiça Militar do Estado do RS e não são todas as obras do acervo que podem ser retiradas. As obras raras e as de consulta local não podem ser emprestadas devido a sua fragilidade. Em 2019, foram efetuados 4871 empréstimos e 4933 devoluções, totalizando um ligeiro aumento na circulação bibliográfica. Foram emprestados e devolvidos livros, exemplares de periódicos, folhetos e monografias. Os materiais com maior número de ocorrência de circulação são das áreas de: Direito Penal Comum e Militar, Processo Penal Militar e Direito Constitucional, nesta ordem.

Outra modalidade de empréstimo é o permanente no qual o Núcleo, durante o ano de 2019, foram emprestados diversos livros para os acervos dos Gabinetes dos Juízes de Direito da Justiça Militar do Estado e para os acervos dos Gabinetes de Juízes e dos órgãos setoriais do Tribunal de Justiça Militar. O empréstimo permanente visa agilizar e facilitar o desenvolvimento das atividades setoriais, na medida em que essas obras são de consulta rápida e diária desses setores.

¹ MACEDO, Neusa Dias de. *Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação*. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.23, n. 1/4, p.09-37, jan./dez., 1990.

4.2 Pesquisas

Durante esse ano, foram realizadas 2026 pesquisas no Sistema Pergamum. Importa salientar que o *site* de pesquisa está disponível aos cidadãos na Internet Institucional. As áreas mais pesquisadas, no ano de 2019, são Direito Penal Militar e Processual Penal Militar, Direito Constitucional, Direito Público, Direito Processual, Direito Administrativo, e Justiça Militar, respectivamente.

Além das pesquisas ao acervo próprio do Núcleo de Biblioteca e Memória, também foram realizadas diversas pesquisas nos sites de jurisprudência dos diversos tribunais estaduais, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. As pesquisas de doutrina são realizadas no *site* da Biblioteca Institucional, entretanto as pesquisas de legislação e de jurisprudência são feitas, quase exclusivamente, no site das instituições produtoras. Cerca de 80% dessas pesquisas são realizadas para suprir as necessidades informacionais dos magistrados e servidores da Justiça Militar do Estado do RS e dos membros e servidores do Ministério Público junto a nossa Instituição.

O Núcleo também realizou diversas consultas, em 2019, que visaram à obtenção de pareceres jurídicos para a solução de controvérsias administrativas. Foram utilizados os serviços de consultoria das seguintes publicações: Revista Zênite: informativo de licitações e contratos e Revista JML: licitações e contratos.

A Unidade também colaborou, em 2019, com diversos usuários externos interessados em realizar pesquisas para suas monografias de conclusão de curso, de mestrado, de doutorado, de especialização em Direito Penal Militar, Segurança Pública, dentre outros. Os usuários foram atendidos presencialmente ou virtualmente. Eram oriundos de diversos estados brasileiros e de cidades do interior do RS.

4.3 Intercâmbios de Informações com Outras Bibliotecas Jurídicas

Durante todo o período corrente, a Biblioteca trocou informações e obras jurídicas com várias outras bibliotecas. Dentre elas, a do Ministério Público do Estado do RS, as bibliotecas dos Tribunais de Justiça Militar de Minas Gerais e de São Paulo, a do Tribunal de Justiça do RS e a do Supremo Tribunal Federal.

A Biblioteca recebeu vários materiais de informação, doados pela Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça, pela Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos EUA) e por outras

bibliotecas jurídicas do Estado. Algumas obras de doação foram recebidas em permuta com a Revista de Jurisprudência Militar, que era expedida pela Unidade.

Porto Alegre, 05 de dezembro de 2019.

Francine Feldens

Bibliotecária Pesquisadora-Judiciária

Chefe de Equipe

Id. Func. 3393917